



# **PPAG 2016-2019** **EXERCÍCIO 2019**

**PLE 291/2018**

**Infraestrutura e Logística**  
**Transporte e Trânsito**



**ASSEMBLEIA  
LEGISLATIVA**  
DE MINAS GERAIS

## PLE Nº 291/2018

### Programa 67 – Planejamento, Gerenciamento e Fiscalização de Serviços e Infraestrutura de Transportes

#### Proponentes

Rogério Dias dos Santos Júnior – instituição não informada / Airton Januário – Rede Ibero-Americana de Associações de Idosos do Brasil (Belo Horizonte) / Mônica Andrea Siebler Gomes – Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros Metropolitanos – Sintram (Belo Horizonte) / Júnior José da Silva – instituição não informada / Christopher Guimarães Laguna – instituição não informada / Antônio Alves – instituição não informada / Antônia Maria Braga de Assunção – instituição não informada / Rodrigo Caetano Arantes – Conselho Estadual do Idoso – CEI (Belo Horizonte) / Mariângela de Bessa Chácara – CEI (Belo Horizonte).

Fonte: MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Tramitação de projetos. In: \_\_\_\_\_. Assembleia de Minas: Poder e voz do Cidadão. (Portal.) Disponível em: <[https://www.almg.gov.br/atividade\\_parlamentar/tramitacao\\_projetos/texto.html?a=2018&n=291&t=PLE](https://www.almg.gov.br/atividade_parlamentar/tramitacao_projetos/texto.html?a=2018&n=291&t=PLE)>. Acesso em: 29 de março de 2019.

#### Sugestões de intervenção

##### **A PLE nº 291 sugeriu as seguintes alterações no Programa 67 – Planejamento, Gerenciamento e Fiscalização de Serviços e Infraestrutura de Transportes:**

- Realização de Convênio de Cooperação técnico-operacional entre a Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop-MG –, a Agência Metropolitana, operadores e Prefeituras Municipais de Brumadinho, Contagem, Esmeraldas, Ibirité, Igarapé, Juatuba, Lagoa Santa, Mateus Leme, Pedro Leopoldo, Raposos, Ribeirão das Neves, Santa Luzia, São Joaquim de Bicas e Vespasiano para concretização da integração tarifária entre os sistemas municipais e metropolitano de transporte público, já que possuem o mesmo cartão Ótimo.
- Alteração da finalidade da Ação 1037, com o objetivo de dar ênfase à pessoa idosa, nos seguintes termos: “Prover políticas públicas com melhor qualidade técnica e metodológica, identificando e propondo alternativas de melhor relação entre custo e benefício social dos investimentos em transportes, em especial instituindo a preferenciabilidade de todos os assentos e a gratuidade a partir dos 60 anos”. A proposta se justifica pelo fato de que, com o aumento da população idosa, faz-se necessário que todos os assentos sejam preferenciais. Além do mais, a idade para se ter gratuidade deveria ser 60 anos, visto que o estatuto do idoso considera idosa a pessoa nessa idade.
- Promoção da integração total de dados do Sistema de Gerenciamento de Transporte Metropolitano – SGTM – e do Controle Inteligente de Transporte e Sistema de Informação Georreferenciada – CITGIS –, redução do tempo de descarregamento dos dados pelos operadores de transporte metropolitano dos sistemas de gestão utilizados pela Setop (SGTM e CITGIS), habilitação de todas as funções do menu CITGIS e entrega completa do Sistema de Gestão do Transporte Metropolitano de Ônibus – Simetro – para o 1º semestre de 2019.
- Promoção da continuidade do Plano Metropolitano de Mobilidade Urbana da Região Metropolitana de Belo Horizonte – Planmob-RMBH –, prevendo a sua conclusão para o 1º

semestre de 2019, com acréscimo de uma unidade na meta física, uma vez que a conclusão do referido plano é extremamente importante para a pesquisa e o planejamento do transporte, bem como para a tomada de decisão pela Setop. O Planmob-RMBH vai contribuir para a construção e revisão dos planos de mobilidade dos municípios da RMBH.

- Criação de NOVA AÇÃO que institua o Núcleo de Pesquisa e Planejamento em Mobilidade Urbana da RMBH no Observatório das Metrôpoles – Núcleo BH –, da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG –, com aporte de recursos da Setop e da Agência Metropolitana da RMBH, com metas física de um e financeira de R\$50.000,00 para 2019.
- Criação de NOVA AÇÃO para a elaboração de convênio entre a Setop, o Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem de Minas Gerais – DEER-MG –, a Secretaria de Estado de Segurança Pública – Sesp – e a Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG –, para integração total do sistema de transporte público metropolitano com as instituições de fiscalização e segurança pública presentes no Centro Integrado de Comando e Controle – CICC – da Sesp, com meta física de um para 2019 e sem meta financeira.
- Criação de NOVA AÇÃO que objetive a instituição do Conselho Metropolitano de Transporte Público, do Observatório da Mobilidade Urbana e a continuidade do Comitê Técnico de Mobilidade Urbana, garantindo, em todos, a representatividade dos usuários da RMBH, dos operadores de transporte metropolitano e dos órgãos de segurança pública.
- Encaminhamento da seguinte moção à Setop: “Os participantes do grupo de trabalho Transporte e Trânsito, no processo participativo de discussão do PPAG 2016-2019 – revisão para 2019 –, requerem atenção especial na fiscalização do cumprimento do Estatuto do Idoso no transporte público interestadual, em especial da garantia de gratuidade de dois assentos para idosos com idade a partir de 65 anos, o que não é cumprido pelas empresas concessionárias.”.

Fonte: MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Tramitação de projetos. In: \_\_\_\_\_. Assembleia de Minas: Poder e voz do Cidadão. (Portal.) Disponível em: <[https://www.almg.gov.br/atividade\\_parlamentar/tramitacao\\_projetos/documento.html?a=2018&n=291&tipoProjeto=PROPOSTA%20DE%20A%C3%87%C3%83O%20LEGISLATIVA&s=PLE&link=%2Fproposicoes%2Fpesquisa%2Favancada%3Fexpr%3D%28PLE20180029103585%5Bcodi%5D%29%5Btxm%5D%26p](https://www.almg.gov.br/atividade_parlamentar/tramitacao_projetos/documento.html?a=2018&n=291&tipoProjeto=PROPOSTA%20DE%20A%C3%87%C3%83O%20LEGISLATIVA&s=PLE&link=%2Fproposicoes%2Fpesquisa%2Favancada%3Fexpr%3D%28PLE20180029103585%5Bcodi%5D%29%5Btxm%5D%26p)>. Acesso em: 29 de março de 2019.

## Resultados – Apreciação das sugestões de intervenção

Após análise pela Comissão de Participação Popular, pela Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária e pelo Plenário da ALMG, as sugestões foram ACOLHIDAS na forma de:

- **Requerimentos:**

- À Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop –, pedindo providências para a concretização da integração tarifária entre os sistemas municipais e metropolitano de transporte público, já que possuem o mesmo cartão Ótimo; a integração total de dados do Sistema de Gerenciamento de Transporte Metropolitano – SGTM – e Controle Inteligente de Transporte e Sistema de Informações Georreferenciadas – CITGIS –, com redução do tempo de descarregamento dos dados pelos operadores de transporte metropolitano dos

sistemas de gestão utilizados pela Setop, habilitação de todas as funções do menu CITGIS e entrega completa do Sistema de Gestão do Transporte Metropolitano de Ônibus – Simetro – para o 1º semestre de 2019; a continuidade do Plano Metropolitano de Mobilidade Urbana, prevendo a sua conclusão para o 1º semestre de 2019; e a integração total do sistema de transporte público metropolitano com as instituições de fiscalização e segurança públicas presentes no Centro Integrado de Comando e Controle – CICC –, da Secretaria de Estado de Segurança Pública.

- Ao Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem de Minas Gerais – DEER-MG –, à Secretaria de Estado de Segurança Pública e à Polícia Militar de Minas Gerais, pedindo providências para a integração total do sistema de transporte público metropolitano com as instituições de fiscalização e segurança públicas presentes no Centro Integrado de Comando e Controle – CICC – da Secretaria de Estado de Segurança Pública.
- Ao governador do Estado, pedindo providências para a criação do Conselho Metropolitano de Transporte Público.
- Às Prefeituras Municipais de Brumadinho, Contagem, Esmeraldas, Ibirité, Igarapé, Juatuba, Lagoa Santa, Mateus Leme, Pedro Leopoldo, Raposos, Ribeirão das Neves, Santa Luzia, São Joaquim de Bicas e Vespasiano, pedindo providências com vistas à concretização da integração tarifária entre os sistemas municipal e metropolitano de transporte público, já que os sistemas de bilhetagem eletrônica utilizam o mesmo cartão, denominado cartão Ótimo.
- À Setop e à Agência Nacional de Transporte Terrestres – ANTT –, pedindo providências para garantir a devida fiscalização do cumprimento do Estatuto do Idoso no transporte público intermunicipal e interestadual, em especial da garantia de gratuidade de dois assentos para idosos com idade a partir de 65 anos, o que não é cumprido pelas empresas concessionárias, conforme moção elaborada pelos participantes do processo de discussão participativa do PPAG 2016-2019, exercício 2019.

Fonte: MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Tramitação de projetos. In: \_\_\_\_\_. Assembleia de Minas: Poder e voz do Cidadão. (Portal.) Disponível em: <[https://www.almg.gov.br/atividade\\_parlamentar/tramitacao\\_projetos/documento.html?a=2018&n=291&tipoProjeto=PROPOSTA%20DE%20A%C3%87%C3%83O%20LEGISLATIVA&s=PLE&link=%2Fproposicoes%2Fpesquisa%2Favancada%3Fexpr%3D%28PLE20180029103585%5Bcodi%5D%29%5Btxmt%5D%26p](https://www.almg.gov.br/atividade_parlamentar/tramitacao_projetos/documento.html?a=2018&n=291&tipoProjeto=PROPOSTA%20DE%20A%C3%87%C3%83O%20LEGISLATIVA&s=PLE&link=%2Fproposicoes%2Fpesquisa%2Favancada%3Fexpr%3D%28PLE20180029103585%5Bcodi%5D%29%5Btxmt%5D%26p)>. Acesso em: 29 de março de 2019.

### Respostas aos requerimentos encaminhados

Nº PLE	Nº RQN	Conteúdo dos requerimentos	Houve resposta até 31/08?	Síntese da resposta
291	11.724	À Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – e à Agência Nacional de Transporte Terrestres – ANTT –, pedindo providências para que seja garantida a devida fiscalização do cumprimento do Estatuto do Idoso no transporte público intermunicipal e interestadual, em especial da garantia de gratuidade de dois assentos para idosos com idade a partir de 65 anos, conforme moção	Não	

## Respostas aos requerimentos encaminhados

Nº PLE	Nº RQN	Conteúdo dos requerimentos	Houve resposta até 31/08?	Síntese da resposta
		elaborada pelos participantes do processo de discussão participativa do PPAG 2016-2019, exercício 2019.		
291	11.726	Às Prefeituras Municipais de Brumadinho, Contagem, Esmeraldas, Ibirité, Igarapé, Juatuba, Lagoa Santa, Mateus Leme, Pedro Leopoldo, Raposos, Ribeirão das Neves, Santa Luzia, São Joaquim de Bicas e Vespasiano, pedindo providências com vistas à concretização da integração tarifária entre os sistemas municipal e metropolitano de transporte público, já que os sistemas de bilhetagem eletrônica utilizam o mesmo cartão, denominado Cartão Ótimo.	Parcialmente	Diante do pedido de providências com vistas à concretização da integração tarifária entre os sistemas municipal e metropolitano de transporte público, os seguintes municípios já se mostraram favoráveis à medida: Santa Luzia, Ribeirão da Neves e Ibirité.
291	11.784	Ao governador do Estado, pedindo providências para a criação do Conselho Metropolitano de Transporte Público.	Não	
291	11.790	Ao Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem de Minas Gerais – DEER-MG –, à Secretaria de Estado de Segurança Pública e à Polícia Militar de Minas Gerais, pedindo providências para a integração total do sistema de transporte público metropolitano com as instituições de fiscalização e segurança públicas presentes no Centro Integrado de Comando e Controle – CICC – da Secretaria de Estado de Segurança Pública.	Não	
291	11.792	À Setop pedindo providências para a concretização da integração tarifária entre os sistemas municipais e metropolitano de transporte público, já que possuem o mesmo cartão Ótimo; a integração total de dados do Sistema de Gerenciamento de Transporte Metropolitano – SGTM – e do Controle Inteligente de Transporte e Sistema de Informações Georreferenciadas – CITGIS –, com redução do tempo de descarregamento dos dados pelos operadores de transporte metropolitano dos sistemas de gestão utilizados pela Setop, habilitação de todas as funções do menu CITGIS e entrega completa do Sistema de Gestão do Transporte Metropolitano de Ônibus – Simetro – para o 1º semestre de 2019; a continuidade do Plano Metropolitano de Mobilidade Urbana, prevendo a sua conclusão para o 1º semestre de 2019; e a integração total do sistema de transporte público metropolitano com as instituições de fiscalização e segurança públicas presentes no Centro Integrado de Comando e Controle – CICC –, da Secretaria de Estado de Segurança Pública.	Não	

Fonte: MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Tramitação de projetos. In: \_\_\_\_\_. Assembleia de Minas: Poder e voz do Cidadão. (Portal.) Disponível em: <[https://www.almg.gov.br/atividade\\_parlamentar/tramitacao\\_projetos/index.html](https://www.almg.gov.br/atividade_parlamentar/tramitacao_projetos/index.html)>. Acesso em: 21 de out. de 2019.

Nota: nos termos da Constituição do Estado, a autoridade estadual que, em resposta a pedido escrito de informações encaminhado pela Assembleia Legislativa, se recusar a responder, não atender no prazo de 30 dias ou prestar falsa informação, pode ser responsabilizada. Cumpre observar que os pedidos de providências possuem natureza distinta dos de informações. Eles podem ser encaminhados a autoridade de outras esferas federativas e, até por isso, não há previsão legal da obrigação de que sejam respondidos.

Acesse o site [Políticas Públicas ao Seu Alcance](#) para saber mais sobre as políticas públicas de [Transporte e Trânsito](#) e monitorar sua execução ao longo do ano.